



Identidade e testemunho em K. - Relato de uma busca, de Bernardo Kucinski

Identity and Testimony in K. - *Relato de uma busca*, by Bernardo Kucinski

Ricardo Augusto Garro Silva*

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) | Belo Horizonte, Brasil

rcgarro2000@yahoo.com.br

Resumo: O romance *K. – Relato de uma busca*, de Bernardo Kucinski, publicado em 2014, inicia-se com cartas recebidas pelo narrador direcionadas à sua irmã desaparecida durante a ditadura que governou o Brasil entre 1964 e 1985. Esse episódio resgata e põe em relevo uma memória dolorosa de perdas e irreparáveis danos. O desaparecimento, debitado pelo narrador à ação de agentes policiais ligados ao Estado, assume, desde o início, o tom trágico de um crime não redimido pela ação da Justiça, ao mesmo tempo em que articula o presente da narrativa à história recente do Brasil. Esta comunicação analisa a capacidade da ficção de reescrever, em alguma medida, a história, além disso, espero avaliar a conexão da biografia do escritor com narrador do romance.

Palavras-chave: Bernardo Kucinski. Ditadura militar brasileira. Memória.

Abstract: The novel *K. – Relato de uma busca*, by Bernardo Kucinski, published in 2014, begins with letters received by the narrator directed to his sister who disappeared during the dictatorship that ruled Brazil between 1964 and 1985. This episode rescues and highlights a painful memory of loss and irreparable damage. The disappearance, debited by the narrator to the action of police agents linked to the State, assumes, from the beginning, the tragic tone of a crime not redeemed by the action of Justice, while it articulates the present of the narrative to the recent history of Brazil. This communication analyzes the capacity of fiction to rewrite, to some extent, history, in addition, I hope to assess the connection of the writer's biography with the novel's narrator.

Keywords: Bernardo Kucinski. Brazilian military dictatorship. Memory.

K. – Relato de uma busca, de Bernardo Kucinski, publicado em 2011, é um romance cujas qualidades o tornam exemplar para que se possa analisar algumas formas de expressão do testemunho da resistência à ditadura civil-militar brasileira, que governou o país entre em 1964 e 1985.¹ A partir de simbolizações identitárias e coletivas da memória, o romance, cuja característica fundamental está na revisão de memórias pessoais entremeadas na reescrita de eventos históricos e políticos pela

* Doutor em Letras: Estudos Literários pelo Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

¹ KUCINSKI, Bernardo. *K. – Relato de uma busca*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.



ficção, tem no testemunho a possibilidade de ressignificação do passado. Isso é possível em função da figuração realizada pelo autor do personagem K., protagonista do romance.

O romance narra a trajetória de um escritor judeu-polonês de literatura em língua ídiche, nomeado apenas como K., que migrou para o Brasil no período anterior à Segunda Guerra Mundial, após ser preso e obrigado a se exilar da Polônia por atuar no Partido Trabalhista Sionista. A trama inicia-se com o desaparecimento de sua filha no Brasil dos anos 1970, supostamente assassinada por agentes do Estado. O desaparecimento é o ponto de partida para a peregrinação do pai em busca do paradeiro de sua filha.

A partir dessa busca, Kucinski, em uma série de pequenos episódios, expõe a subjetividade do personagem K. Este transforma-se em um símbolo do absurdo de uma realidade marcada pelo abuso do poder representado pelo Estado autoritário. O relato, em terceira pessoa, é intercalado por capítulos nos quais se misturam vozes que recriam situações vividas por personagens que, de alguma forma, se conectam à história da filha desaparecida, ou que, simplesmente, se referem a pessoas ou situações que se tornaram símbolo do contexto histórico brasileiro marcado pela ditadura.

O romance além de sua estrutura ficcional contém fortes elementos autoficcionais. O personagem K. foi baseado em Meir Kucinski, pai do escritor, que se exilou da Polônia na década de 1930, e que, ao chegar ao Brasil, se dedicou ao ensino e à literatura em ídiche. Em 1974, sua filha, Ana Rosa Kucinski, foi sequestrada e assassinada por forças de repressão ligadas à ditadura, crime reconhecido pelo Estado brasileiro após o fim desse regime, mesmo que seus restos mortais nunca tenham sido encontrados, fato que é central na abordagem ficcional realizada por Bernardo Kucinski.

O romance inicia-se com cartas recebidas pelo narrador direcionadas à sua irmã, 40 anos após a sua morte. Esse episódio resgata e põe em relevo uma memória dolorosa de perda. O desaparecimento, debitado pelo narrador à ação de agentes policiais ligados ao Estado, assume, desde a abertura do romance, o tom trágico de um crime não redimido pela ação da Justiça, ao mesmo tempo que articula o presente da narrativa à história recente do Brasil. Assim, de acordo com o narrador: “É como se as cartas tivessem a intenção oculta de impedir que sua memória na nossa memória descansasse; como se além de nos haverem negado a terapia do luto, pela supressão do seu corpo morto [...]. Como se além da morte desnecessária quisessem estragar a vida necessária, esta que não cessa e que nos demandam nossos filhos e netos”.²

Para o narrador, o aparelho estatal, responsável pela sua morte, continuaria a agir no presente da narrativa, em função do esquecimento que seria característico da sociedade brasileira perante o seu passado autoritário, pois: “O nome no envelope selado e carimbado como a atestar a autenticidade, será o registro tipográfico não de

² KUCINSKI, 2014, p. 10.



um lapso ou falha do computador, e sim de um mal de Alzheimer nacional. Sim, a permanência do seu nome no rol dos vivos será, paradoxalmente, produto do esquecimento coletivo do rol dos mortos”.³

A memória e a as dores de eventos traumáticos são os pontos de partida do romance, que parte do “desaparecimento” de Ana Rosa para expor os horrores causados por regimes autoritários e ditatoriais, tais como a tortura, a arbitrariedade e o assassinato.

A partir do desaparecimento, também a vida pregressa do personagem é resgatada, pois a busca de K. pelo paradeiro de sua filha se imbrica com o seu passado na Polônia, não apenas como a narração de sua história pessoal a se misturar no presente da narrativa, mas também como questionamento, em que as escolhas do passado são postas em xeque, assim como o sentido que K. dava à própria vida após a fuga da Polônia e sua permanência no Brasil. Ao tornar a ruptura um elemento central para a constituição do personagem, Kucinski opera entre os vazios e perdas que estariam no interior deste. Depois do “desaparecimento”, tudo que se refere ao passado, para K., passa a ser contaminado pelo presente onde impera a ausência de Ana Rosa em função da situação de repressão política no Brasil. O Estado torna-se protagonista, invade e transforma o presente e o futuro do personagem.

Assim, num movimento especular, o passado de K. ressurge como questionamento, como um chamamento da história e da realidade social. O presente convoca o passado de K. e sua participação política na Polônia, onde militara no Partido Trabalhista Sionista, quando chegara a ser preso, assim como a morte e desaparecimento de parentes na Segunda Guerra Mundial, vítimas da Shoah.

K. é descrito como um homem que na nova vida de imigrante abstêm-se de ações políticas mais diretas e que se surpreende ao descobrir a militância da filha em grupos clandestinos de esquerda, que se opunham à ditadura no Brasil. Tal descoberta não só revela a distância entre ambos – e que se mostra ainda maior quando se descobre que Ana Rosa havia se casado em segredo –, como revela uma característica marcante do personagem, a memória dolorosa de um passado de perdas em sua terra natal.

Por mais que continue imerso na cultura judaica, tanto no que se refere em sua participação na comunidade, como sua escolha pela literatura escrita em ídiche, um corte anterior, também traumático, lhe foi infligido, pois, se o exílio permitiu que escapasse da Shoá, em contrapartida, seus parentes foram mortos. E outro dado se torna importante para esta memória dolorosa. Antes mesmo de sua fuga para o Brasil, K. teve uma irmã presa pelo governo polonês, tal como ele havia sido. Assim, “K. tinha trinta anos quando foi arrastado pelas ruas de Wloclawek, acusado de subversão pela polícia polaca. Por isso, emigrou às pressas, deixando mulher e filho, que só se juntariam a ele no Brasil um ano depois. Foi solto na condição de emigrar, além da propina coletada pelos amigos de militância. Sua irmã Guita, cinco anos mais velha,

³ KUCINSKI, 2014, p. 12.



não tivera a mesma sorte. Morreu tuberculosa no frio da prisão. A imagem repentina de Guita puxou a do delegado que o expulsara do topo da escadaria de Varsóvia aos gritos de que sua irmã nunca fora presa, de que teria fugido para Berlim, isso sim, com algum amante”.⁴

Logo é feito a conexão com a situação política no Brasil, pois, “[...] quando chegou ao general [...] reclamou que ele estava espalhando na comunidade judaica acusações pesadas e sem fundamento contra os militares. E se sua filha fugiu com algum amante para Buenos Aires? O senhor já pensou nisso?”⁵

Márcio Seligmann-Silva, em “Narrar o trauma: a questão do testemunho de catástrofes históricas”, recorre a Freud e à psicanálise para definir a memória traumática. De acordo com ele: “[...] o trauma é caracterizado por ser uma memória de um passado que não passa. O trauma mostra-se, portanto, como o fato psicanalítico prototípico no que concerne à sua estrutura temporal. [...] podemos pensar que algo da cena traumática sempre permanece incorporado, como um corpo estranho, dentro do sobrevivente. Na cena do trabalho do trauma nunca podemos contar com uma introjeção absoluta. [...] Para o sobrevivente sempre restará este estranhamento do mundo advindo do fato de ele ter morado como que “do outro lado” do campo simbólico”.⁶

Para K., o desaparecimento da sua filha não só representa o desespero de uma perda no presente, mas resgata cenas e situações traumáticas do passado, as quais julgara ter abandonado na sua nova vida de imigrante. Não à toa a recusa em entregar-se completamente ao modo de vida do país e da sociedade que o acolheu, preferindo a recusa por qualquer forma de ação política no novo país.

Dessa forma, a personalidade que K. assume no exílio pode ser localizado no âmbito de uma experiência de um olhar estrangeiro, pois permanentemente inadaptado ao novo país, e fundado em um trauma anterior, tanto individual como coletivo, o qual a morte de Ana Rosa o obriga a enfrentar, o que o faz rever seu posicionamento político na sociedade que se inseriu e onde escolhera ser eternamente um imigrante e estrangeiro. E nada mais revelador disso do que a escolha de escrever literatura em uma língua estrangeira no país em que vive, e língua mais estrangeira do que qualquer outra, por representar, a priori, a ideia de uma língua que se encaminhava para a extinção, como o ídiche, tanto devido ao assassinato de grande parte de seus falantes na Segunda Guerra Mundial, pelo regime nazista, como pelo resgate do hebraico como língua oficial da comunidade judaica em Israel.

⁴ KUCINSKI, 2014, p. 37.

⁵ KUCINSKI, 2014, p. 37.

⁶ SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma: a questão do testemunho de catástrofes históricas. *Psicologia clínica*. Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 65-82, 2008. p. 69.



O retrato que Bernardo Kucinski cria de K., o transforma, ao mesmo tempo, em símbolo de um povo “desterritorializado”, em constante luta para manter suas tradições em ambientes refratários a elas, como representação do que Estados autoritários podem infligir a indivíduos ou povos, e cuja maior catástrofe ocorreu aos judeus da Europa na Shoah. No plano individual, o “desaparecimento” de sua filha, durante a ditadura brasileira, reforça tal representação, ao mesmo tempo que expõe a capacidade da história de influir na vida de indivíduos. Assim, K. torna-se testemunha e vítima de violências e desastres que marcaram o século XX.

Em “Testemunho e a política da memória: o tempo depois das catástrofes.”, Márcio Seligmann-Silva apresenta duas categorias de testemunho: “Verificamos a diferença entre *superstes* e *testis*. Etimologicamente *testis* é aquele que assiste como um ‘terceiro’ (*terstis*) a um caso em que dois personagens estão envolvidos; e essa concepção remonta ao período indo-europeu comum. Um texto sânscrito enuncia: ‘todas as vezes em que duas pessoas estão presentes, Mitra está lá como terceira pessoa’; assim o deus Mitra é por natureza a ‘testemunha’. Mas *superstes* descreve a ‘testemunha’ seja como aquele ‘que subsiste além de’, testemunha ao mesmo tempo *sobrevivente*, seja como ‘aquele que se mantém no fato’, que está aí presente. O ‘manter-se no fato’ do *superstes* remete à situação singular do sobrevivente como alguém que habita na clausura de um acontecimento extremo que o aproximou da morte”.⁷

Outra possibilidade de testemunho se abre a partir da própria posição de Bernardo Kucinski como um autor que relata uma história real referente ao assassinato de sua irmã. Em seu processo narrativo, Bernardo Kucinski acaba por “ficcionalizar” a si próprio a partir da sua posição como narrador nos capítulos que abre e no que encerra o romance, mas também devido aos dados reais obviamente ligados à sua vida, como as circunstâncias reais da morte de sua irmã e os dados biográficos de seu pai.

O direito de memória, assim como o reconhecimento dos crimes perpetrados pela ditadura reivindicados por Kucinski, o colocam como um “*testis*” a testemunhar e não permitir o esquecimento do passado violento do país, mas também, dentro do estatuto que Jeanne Marie Gagnebin resgata em *Memória, história, testemunho*, para o que seria um “terceiro”. Neste artigo, Gagnebin propõe o “terceiro” como oposição à figura daquele que se “levanta e vai embora” no sonho de Primo Levi descrito em *É isto um homem?*, tarefa que consistiria em restabelecer um espaço simbólico onde se pudesse articular a memória histórica daqueles que sucumbiram frente à violência e para os quais este “terceiro” seria aquele que: “[...] consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história do outro: não por culpabilidade ou por compaixão, mas porque somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente essa

⁷ SELIGMANN-SILVA, Márcio. Testemunho e a política da memória: o tempo depois das catástrofes. *Projeto história*, n. 30, São Paulo, p. 71-98, 2006. p. 80-81.



retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas a ousar esboçar uma outra história, a inventar o presente”.⁸

Essa figuração entre um “terceiro” a ligar passado e futuro, encontra ressonância na obra de Kucinski a partir de uma busca de um direito de memória que pode funcionar como uma tentativa de entendimento do que leva à perpetração da violência, como também da necessidade do esquecimento do passado violento do país, que parece ser necessária à sociedade brasileira.

Kucinski, pela ficção, estrutura sua biografia familiar a partir de um contexto histórico que permite que ela funcione também como uma narrativa sobre o passado recente do Brasil, assim como uma reflexão sobre as consequências dos acontecimentos desse passado no presente. Dessa forma, o real se metaforiza na literatura e busca, nesta, representações para que se possa efetuar um ajuste de contas relativo a crimes não punidos, e para que se possa, pelo menos na ficção, finalmente fazer justiça à memória daqueles que morreram pela ação violenta do Estado.

Referências

- GAGNEBIN, Jeane Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Ed. 34, 2006.
- KUCINSKI, Bernardo. *K. – Relato de uma busca*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.
- LEVI, Primo. *É isto um homem?* Tradução de Luigi Del Re. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma: a questão do testemunho de catástrofes históricas. *Psicologia clínica*. Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 65-82, 2008.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. Testemunho e a política da memória: o tempo depois das catástrofes. *Projeto história*, n. 30, São Paulo, p. 71-98, 2006.

Recebido em: 23/02/2021.

Aprovado em: 23/03/2021.

⁸ GAGNEBIN, Jeane Marie. Memória, história, testemunho. In: GAGNEBIN, Jeane Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Ed. 34, 2006. p. 57.